CAMINHOS E ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO INFANTIL ANTIRRACISTA: DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS DE MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Margareth Faustino[1]
Cristina Teodoro[2]

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo realizar um diagnóstico para compreender a presença da questão racial nos documentos oficiais das secretarias de educação, direcionados para a Educação Infantil e criados a partir de 2003, ano em que foi promulgada a Lei 10.639/2003, nos municípios de São Francisco do Conde, Candeias e Santo Amaro. Também, pretendia-se com a mesma, mapear processos e estratégias de formação inicial e continuada de professores de Educação Infantil, para a compreensão sobre a questão racial e a implementação, por meio da prática docente, de conhecimentos e saberes sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, conforme prevê a Lei mencionada. A metodologia fez uso de uma abordagem qualitativa e, para geração de dados, foi desenvolvido levantamento bibliográfico, documental e entrevistas. Os resultados demonstram que a educação infantil, como primeira etapa da educação básica, tem sido pouco contemplada quando das ações implementadas para a operacionalização da Lei 10.639/2003.

Palavras-chave: Educação Infantil; Educação Infantil Antirracista; Lei 106390; Formação de professores para a Educação Infantil.

UNILAB, IHL - MALÊS, Discente, margfaustino99@gmail.com[1]
UNILAB, ILH - MALÊS, Docente, cristina.teodoro@unilab.edu.br[2]

ISSN: 2447-6161

INTRODUÇÃO

O texto apresenta resultados da pesquisa “Caminhos e estratégias para uma educação infantil antirracista: diagnóstico e propostas de municípios do recôncavo da Bahia”. A pesquisa tem como objetivo realizar um diagnóstico para verificar a presença da questão racial, via implementação da Lei 10.639/2003. A pesquisa está inserida no campo das relações étnico-raciais no Brasil, emergente, particularmente, a partir da década de 1980, mais especificamente da educação, que, em outras dimensões, de acordo com Rodrigues (2011), tem como pressuposto o tensionamento das desigualdades educacionais. No que se refere ao percurso da Educação Infantil no campo das relações raciais o mesmo se deu, inicialmente, a partir da década de 1980, por meio do desenvolvimento de pesquisas que passaram a evidenciar como ocorriam as discriminações existentes tanto entre crianças e adultos quanto entre crianças e seus pares.

METODOLOGIA

A pesquisa tem como alcance o desenvolvimento de um diagnóstico sobre a questão racial, especificamente em relação à implementação da Lei 10.639/2003 no município de São Francisco do Conde, Candeias e Santo Amaro da Purificação, no período entre 2003 e 2019. Para tanto, foi realizado um levantamento de documentos oficiais tanto na página das secretarias de Educação dos Municípios quanto por meio de uma busca ativa na internet e contato direto com representantes das gerências, coordenações ou departamentos responsáveis pela educação infantil. Também, foi desenvolvido um levantamento de pesquisas realizadas sobre educação infantil, com foco sobre as relações étnico-raciais, história e cultura africana e afro-brasileira e/ou temáticas afins, no Repositório da Universidade Federal da Bahia e na Universidade do Estado da Bahia, e, ainda, aplicação de um questionário, de forma remota, visando gerar informações sobre a formação inicial e continuada de docentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que concerne aos documentos oficiais foram encontrados um total de 6 documentos, sendo o municipio de São Francisco do Conde aquele que mais vem prouzindo documentos relacionados a Eduicação Infantil de modo geral, pois, destes 6 temos um total de três documentos oriundos deste municipio. Em contrapartida, referente a presença da questão racial, via implementação da Lei 10.639/2003, esta pesquisa apresenta resultados que demonstram e abordam sobre os seguintes aspectos:

1. De forma distintas, contém informações sobre as relações étnico-raciais ou a Lei.10.639/2003, nos referenciais curriculares de dois dos municípios.
2. Desenvolvimento de poucas pesquisas no campo da educação infantil, contemplando às relações étnico-raciais e a Lei 10.6939/2003.
3. Ausências e lacunas na formação inicial e continuada de docentes.

CONCLUSÕES

Em síntese, durante o diagnóstico, foi identificar que no município de São Francisco do Conde há um total de três documentos, em Santo Amaro da Purificação dois, e, em Candeias, foi encontrado apenas um, entre os municípios, São Francisco do Conde é aquele que principalmente a partir de 2008, vem realizando ações e estratégia em prol da implementação da Lei e que tudo indica, até o momento da análise, também é o que vem investindo no campo da Educação Infantil, com vistas à uma educação infantil antirracista. Porém, a

ISSN: 2447-6161

partir dos resultados alcançados, é possível afirmar que, nos municípios pesquisados, a educação infantil está distante de ser antirracista.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de exprimir meus sinceros agradecimentos à FAPESB e a UNILAB pela oportunidade a mim dada de poder participar como pesquisadora e bolsista no programa, em uma temática tão importante para a Educação Infantil no Brasil e em especial para o recôncavo da Bahia. Desta feita, vale pontuar o quanto essa pesquisa foi de extrema importância para o meu crescimento e amadurecimento acadêmico, e sobre os caminhos e estratégias para uma educação infantil antirracista visando a aplicação da lei. Pois, quando adentrei na pesquisa eu nada sabia sobre o que era realizar uma pesquisa de iniciação científica, pois nunca havia participado de uma durante os anos de estudo no meu país de origem, e nada sabia sobre as discussões relacionadas a educação Infantil e da lei 10.639. Lei essa, que me permitiu conhecer melhor a história do meu país e continente de origem (Angola-África). Ademais, agradeço a todos membros envolvidos no programa, pois, sempre estiveram a postos para qualquer dúvida que surgisse. Para finalizar, extendo meus sinceros agradecimentos a minha querida orientadora pela orientação e interpretação dos dados, que sem dúvidas foi crucial para a conclusão deste edital.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP n. 3, de 10 de março de 2004. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, DF, 2004.

GATTI, B.; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: AUTORES. Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 2-13.

RODRIGUES, Tatiane C. A ascensão da diversidade nas políticas educacionais contemporâneas. 2011. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

ISSN: 2447-6161